

IDENTIDADE DE GÊNERO e SEXUALIDADE

Miriam Pillar Grossi

Desde 1989, venho ministrando a disciplina de *Antropologia da Mulher e das Relações de Gênero* no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social e a de *Relações de Gênero* no curso de Ciências Sociais da UFSC. Com base nessa experiência, portanto, tenho refletido, com várias gerações de alunos, sobre a abrangência da categoria gênero para as Ciências Sociais contemporâneas¹. Este texto busca preencher um vazio na bibliografia em português sobre o conceito e sobre os diferentes usos do gênero e é, de alguma forma, a continuação da reflexão iniciada num texto intitulado "O conceito de gênero: um novo coração de mãe nos estudos sobre mulher", escrito com o grupo *Em Canto* e apresentado na ANPOCS de 1989. Passados quase dez anos desta primeira reflexão teórica sobre o uso do conceito de gênero no Brasil, busquei, aqui, definir a problemática da identidade de gênero a partir de várias instâncias: a aquisição da identidade de gênero primária, o aprendizado dos papéis sexuais, o vasto campo da sexualidade e as novas questões referentes à reprodução humana. Em todo o texto, busco desconstruir o senso comum ocidental que considera que a identidade de gênero é marcada pela opção sexual, inclusive com o intuito de mostrar como as práticas homoeróticas não produzem um terceiro gênero (nem masculino, nem feminino), tampouco "distúrbios da identidade de gênero", como afirmam alguns psicólogos e educadores que lidam com indivíduos com experiências não exclusivamente heterossexuais.

I. Das lutas libertárias dos anos 60 aos estudos de gênero dos anos 90

Os estudos de gênero são uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60,

¹Agradeço particularmente à minha ex-bolsista e orientanda Angela Célia Sacchi, com quem dialoguei intensamente durante vários anos, e também aos alunos de diferentes cursos de gênero que ministrei em diferentes instituições. Sou grata também aos convites de Elisete Schwade, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, para a realização de um curso sobre Gênero em outubro de 1995 em Natal; de Margareth Arilha, do NEPO/UNICAMP, para o Vº Curso de Saúde e Direitos Reprodutivos, realizado em maio de 1996 em Campinas; e das amigas do CESEP de São Paulo para ministrar, por dois anos consecutivos (em 1995 e 1996), no curso de "Pastoral e Relações de Gênero".

mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *black panthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil.² Todos esses movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e é justamente no bojo destes movimentos "libertários" que vamos identificar um momento-chave para o *surgimento* da problemática de gênero, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. Raramente elas eram chamadas a assumir a liderança política: quando se tratava de falar em público ou de se escolher alguém como representante do grupo, elas sempre eram esquecidas, e cabia-lhes, em geral, o papel de secretárias e de ajudantes de tarefas consideradas menos nobres, como fazer faixas ou panfletar.

Paralelamente a essas lutas, os anos 60 constituem um período de grande questionamento da *sexualidade*: a pílula anticoncepcional passa a ser comercializada, a virgindade enquanto valor essencial das mulheres para o casamento começa a ser amplamente questionada, e se começa a pensar mais coletivamente, no Ocidente, que o sexo poderia ser fonte de prazer e não apenas destinado à reprodução da espécie humana. Entre os inúmeros movimentos sociais que despontam neste período, dois nos interessam particularmente, o movimento feminista e o movimento gay, porque ambos vão questionar as relações afetivo-sexuais no âmbito das relações íntimas do espaço privado. As lutas destes movimentos vão refletir-se no campo acadêmico por vários fatores: primeiro porque a Universidade é um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciada pelas lutas sociais; e segundo porque muitas das estudantes (e algumas professoras) que participaram destas lutas percebem que não existem respostas a inúmeros questionamentos destes movimentos sociais, de maneira que se inicia um movimento, no interior de diferentes disciplinas, em busca de se encontrar o *lugar das mulheres*, até então invisível.

Os Estudos sobre a Condição Feminina

O campo de estudos que hoje chamamos no Brasil de *gênero* ou *relações de gênero* surge nos anos 1970/1980 em torno da problemática da *condição feminina*. Inicialmente se pensava que havia um *problema da mulher* que deveria ser pensado unicamente pelas

² Este momento político foi retratado em inúmeros filmes, como, por exemplo, "A insustentável leveza do ser" , baseado no livro de Milan Kundera sobre a Primavera de Praga, e "Hair", sobre o movimento hippie e a guerra do Vietnã, além da minissérie "Anos Rebeldes", da Rede Globo, sobre as lutas estudantis e a guerrilha urbana do final dos anos 60 no Brasil.

mulheres, reflexo de uma das práticas do movimento feminista, a da *não-mixidade*. O que significava isto? Nos grupos feministas, pensava-se que era necessário que as mulheres se reunissem sem os homens pois "havam sido silenciadas ao longo da história"; assim sendo, a ausência de homens era uma forma de se garantir a palavra das mulheres. Estes primeiros estudos, que no Brasil se iniciam com a tese defendida por Heleieth Saffioti no final dos anos 1960 intitulada *A mulher na sociedade de classes*, tinham como preocupação estudar a *opressão da mulher* nas sociedades patriarcais. Um livro que influenciou muito esta corrente, ligada ao marxismo, é o de Engels chamado *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, no qual o autor defende que a mulher foi a primeira propriedade privada do homem, transformando as relações sociais, inicialmente sob o domínio do matriarcado (ou seja, do poder das mulheres), para o patriarcado, que seria o poder dos homens. Datam deste período inúmeros estudos preocupados com as mulheres em situação de *dupla opressão*: de *classe* e de *sexo*. Nesta época, foi feita uma série de estudos sobre operárias, camponesas, empregadas domésticas, etc., os quais tinham um duplo objetivo: por um lado, mostrar que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras; por outro, eles também compartilhavam da visão de que havia uma mesma opressão de todas as mulheres, independentemente do lugar que elas ocupavam na produção, pois todas eram oprimidas pela ideologia patriarcal.

Os Estudos sobre as Mulheres

Num segundo momento destes estudos, a partir dos anos 1980, deixa-se de falar de "condição feminina" e se passa aos ***estudos sobre as mulheres***. A partir das pesquisas feitas na década anterior, percebe-se que não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, uma vez que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de ethos, entre as mulheres brasileiras.³

Será nos anos 1980 que se observará um grande desenvolvimento de pesquisas sobre as mulheres brasileiras. Em muitos cursos de pós-graduação, são oferecidos cursos sobre a questão, que resultam em um grande número de teses sobre as mulheres brasileiras. No entanto, apesar do avanço em relação aos estudos sobre a condição feminina, neste período permanece a referência quase que unânime a uma unidade *biológica* das mulheres, ou seja, a de que todas as mulheres, independente de sua condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). O

³O que significa ser uma mulher brasileira? Apesar dos estereótipos que preenchem o imaginário estrangeiro sobre o Brasil, no qual as mulheres brasileiras são morenas e sensuais, sabemos concretamente que nem todas nos encaixamos neste modelo.

que os estudos de gênero vão problematizar é justamente esta determinação biológica da "condição feminina".

Os Estudos de Gênero

O conceito de gênero chegou até nós através das pesquisadoras norte-americanas que passaram a usar a categoria "gender" para falar das "origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres"⁴. A ênfase colocada na "origem social das identidades subjetivas" não é gratuita. De fato, não existe uma determinação natural dos comportamentos de homens e de mulheres, apesar das inúmeras regras sociais calcadas numa suposta determinação biológica diferencial dos sexos usadas nos exemplos mais corriqueiros, como "mulher não pode levantar peso" ou "homem não tem jeito para cuidar de criança".

Como a Antropologia Feminista tem mostrado, essa explicação da ordem natural não passa de uma formulação ideológica que serve para justificar os comportamentos sociais de homens e mulheres em determinada sociedade. No caso das sociedades ocidentais, a biologia é uma explicação de grande peso ideológico, pois aprendemos que ela é uma *ciência* e que, portanto, tem valor de verdade. Jane Flax, uma das teóricas feministas pós-modernas, ensina que a ciência surge no Ocidente com o Iluminismo. A ciência, tal como a conhecemos, parece dar explicações "neutras" e "objetivas" para as relações sociais. No entanto, a ciência que aprendemos desde a escola reflete os valores construídos no Ocidente desde o final da Idade Média, os quais refletem apenas uma parte do social: a dos homens, brancos e heterossexuais. Sempre aprendemos que *Homem* com H maiúsculo se refere à humanidade como um todo, incluindo nela homens e mulheres. Mas o que os estudos de gênero têm mostrado é que, em geral, a ciência está falando apenas de uma parte desta humanidade, vista sob o ângulo masculino, e que não foi por acaso que, durante alguns séculos, havia poucas cientistas mulheres.⁵

O conceito de gênero está colado, no Ocidente, ao de sexualidade, o que promove uma imensa dificuldade no senso comum - que se reflete nas preocupações da teoria feminista - de separar a problemática da identidade de gênero e a sexualidade, esta marcada pela escolha do objeto de desejo. Para ilustrar melhor minha perspectiva teórica a respeito da problemática de gênero, refletirei, nos itens que se seguem, sobre

⁴ O texto de Joan Scott intitulado "Gênero: uma categoria útil de análise histórica" é a referência básica para esta concepção. Elizabeth de Souza Lobo foi quem o divulgou inicialmente no Brasil através de um texto apresentado na ANPOCS em 1987.

⁵ Grande parte das mulheres queimadas como "bruxas" pela Inquisição eram mulheres que faziam ciência e lidavam com plantas e processos de cura.

a constituição individual da identidade de gênero e a forma como adquirimos nossa identidade de gênero, feminina ou masculina.

II. O que é gênero?

Ora, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação (social) não seja nunca redutível ao puro biológico (HÉRITIER, 1996: 288 - tradução minha).

Por "gênero", eu me refiro ao discurso sobre a diferença dos sexos. Ele não remete apenas a ideias, mas também a instituições, a estruturas, a práticas cotidianas e a rituais, ou seja, a tudo aquilo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de organização do mundo, mesmo se ele não é anterior à organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primária, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária a partir da qual a organização social poderia ter derivado; ela é mais uma estrutura social movediça que deve ser ela mesma analisada em seus diferentes contextos históricos (SCOTT, 1998: 15 - tradução minha).

Françoise Héritier (1996), em sua coletânea sobre o pensamento da diferença sexual, insiste sobre o fato de que o gênero se constrói na relação homem/mulher, uma vez que não existe indivíduo isolado, independente de regras e de representações sociais. Joan Scott (1998), em recente definição da categoria gênero, ensina-nos que o gênero é uma categoria historicamente determinada que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para "dar sentido" a esta diferença. Concordo com essas definições e penso que, em linhas gerais, gênero é uma categoria usada para pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual.

Gênero serve, portanto, para determinar tudo que é social, cultural e historicamente determinado. No entanto, como veremos, nenhum indivíduo existe sem relações sociais, isto desde que se nasce. Portanto, sempre que estamos referindo-nos ao sexo, já estamos agindo de acordo com o gênero associado ao sexo daquele indivíduo com o qual estamos interagindo. Por exemplo, alguma de vocês, mulheres, já pensou alguma vez

em assinalar M e não F nos inúmeros formulários que temos de preencher em nossa vida cotidiana? E vocês acham que a burocracia que lê estes formulários age de forma igual frente a indivíduos classificados como M ou F? Na verdade, sempre agimos como mulheres socialmente programadas e não, como costumamos pensar, como mulheres biologicamente determinadas. É claro que podemos (e devemos) modificar cotidianamente aquilo que é esperado dos indivíduos do sexo feminino, pois o gênero (ou seja, aquilo que é associado ao sexo biológico) é algo que está permanentemente em mudança, e todos os nossos atos ajudam a reconfigurar localmente as representações sociais de feminino e de masculino. Na verdade, em todas as sociedades do planeta, o gênero está sendo, todo o tempo, ressignificado pelas interações concretas entre indivíduos do sexo masculino e feminino. Por isso, diz-se que o *gênero é mutável*.

Gênero seria, então, um sinônimo da palavra *sexo*, uma vez que estou falando de feminino e masculino? E os homossexuais, homens ou mulheres, seriam outro gênero? E as/os travestis e transexuais? Existiria um terceiro gênero, um gênero que não se apoiaria sobre os dois sexos? Um gênero radicalmente diferente que não poderia ser associado a nenhum dos dois gêneros conhecidos? Não; quando falamos de sexo, referimo-nos apenas a dois sexos: homem e mulher (ou macho e fêmea, para sermos mais biológicos), dois sexos morfológicos sobre os quais "apoiamos" nossos significados do que é ser homem ou ser mulher. Estas questões nos levam a refletir sobre a problemática da homossexualidade - ou do homoerotismo, como prefiro denominá-la. Mas, antes de entrar nesta reflexão, vou falar um pouco sobre a diferença entre os conceitos de *papéis de gênero e identidade de gênero*.

O que são papéis de gênero?

Papel é aqui entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado *papel de gênero*. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta.

Num livro escrito em 1950 e já clássico para os estudos de gênero, chamado ***Sexo e Temperamento***, uma antropóloga norte-americana, Margareth Mead, mostrou que, numa mesma ilha da Nova Guiné, três tribos - os Arapesh, os Mundugumor e os Tchambuli - atribuíam papéis muito diferentes para homens e mulheres. *Agressividade e passividade*, por exemplo, comportamentos que, em nossa cultura ocidental, estão fortemente associados, respectivamente, a homens e a mulheres quase como uma

determinação biológica, entre estas tribos lhes eram associados de outra forma. Num destes grupos, homens e mulheres eram cordiais e dóceis; no outro ambos eram agressivos e violentos; e no terceiro as mulheres eram aguerridas, enquanto os homens eram mais passivos e caseiros. A partir deste estudo, muitos outros foram feitos em outros grupos humanos, mostrando que os papéis atribuídos a homens e a mulheres não eram sempre os mesmos. O que acontecia até muito recentemente era que muitos antropólogos olhavam para outras culturas com sua visão ocidental, contexto em que as mulheres são vistas culturalmente como passivas, o que os impedia de perceber variantes culturais do comportamento de homens e de mulheres.

Mas, além de mudarem de uma cultura para outra, os papéis associados a machos e a fêmeas também mudam no interior de uma mesma cultura. No caso da cultura ocidental, na qual vivemos, podemos observar a enorme importância dos movimentos sociais da segunda metade do século XX para a transformação de modelos esperados até então para homens e mulheres - modelos que se consolidaram no Ocidente com o Iluminismo e com a Revolução Francesa.

Muitos textos acadêmicos e panfletos feministas produzidos no Brasil apresentam uma visão "neo-evolucionista" da situação das mulheres no Ocidente⁶. Nesta perspectiva, parece que as mulheres estariam evoluindo de uma situação de grande opressão para uma de libertação. Estes textos começam, por exemplo, falando da mulher no tempo do homem das cavernas, quando eram puxadas pelos cabelos; depois falam do tempo de Jesus Cristo, quando as mulheres eram apedrejadas, como Maria Madalena; passam pela Idade Média, com exemplos das bruxas queimadas nas fogueiras; e finalmente chegam aos dias de hoje, falando dos avanços que as mulheres conseguiram a partir de suas lutas. Estes textos, que seguidamente são divulgados em datas comemorativas, como o dia Internacional da Mulher, o 8 de março, acabam, de alguma forma reificando ideias neo-evolucionistas, segundo as quais haveria uma linha evolutiva na história das mulheres.

Mesmo reconhecendo as inúmeras situações de opressão das quais as mulheres seguidamente foram vítimas ao longo da História, creio que não é possível pensá-las independentemente de outros dados históricos e culturais. Muitas historiadoras nos têm mostrado que, mesmo em épocas de grande opressão das mulheres, havia situações e práticas nas quais elas detinham poder e reconhecimento social. No campo da Antropologia, o mesmo tem sido feito quando se reflete sobre a particularidade de cada sociedade, sendo possível perceber que, em muitas delas, há espaços de poder

⁶ Desenvolvo melhor minha análise sobre o uso da problemática do gênero por diferentes autores(as) das diferentes escolas antropológicas (neo-evolucionistas, culturalistas, estruturalistas e pós-estruturalistas) no texto intitulado "Gênero, violência e sofrimento", publicado pela coletânea *Antropologia em Primeira Mão*, n. 6, em 1995, pelo PPGAS/UFSC (segunda versão publicada em 1998).

eminentemente femininos. Para minha análise da questão, prefiro localizar os papéis esperados de homens e de mulheres na consolidação da Sociedade Moderna, ou seja, no advento do Iluminismo, na industrialização e na configuração do modelo de representação política ocidental que se localiza no projeto revolucionário iluminista. É neste projeto que se separam as esferas de público e privado, às quais são associados os papéis de gênero contra os quais o feminismo tem lutado desde as sufragistas.

O que é identidade de gênero?

No item anterior, falei dos papéis de gênero e de como eles não são biologicamente determinados e, portanto, como são mutáveis cultural e historicamente. Abordarei, aqui, um outro aspecto da problemática de gênero, que é a questão da *identidade de gênero*, algo um pouco mais complexo, porque remete à constituição do sentimento individual de identidade.

Um psicólogo norte-americano chamado Robert Stoller (1978), o qual estudou inúmeros casos de indivíduos considerados à época "hermafroditas" ou com genitais escondidos e que, por engano, haviam sido rotulados com o gênero oposto ao de seu sexo biológico, diz uma coisa impressionante: que é "mais fácil mudar o sexo biológico do que o gênero de uma pessoa". Para ele, uma criança aprende a ser menino ou menina até os três anos, momento de passagem pelo complexo de Édipo e pela aquisição da linguagem. Este é um momento importante para a constituição do simbólico, pois a língua é um elo fundamental do indivíduo com sua cultura.

Para Stoller (1978), todo indivíduo tem um núcleo de identidade de gênero, que é um conjunto de convicções pelas quais se considera socialmente o que é masculino ou feminino. Este núcleo não se modifica ao longo da vida psíquica de cada sujeito, mas podemos associar novos papéis a esta "massa de convicções". Este núcleo de nossa identidade de gênero se constrói em nossa socialização a partir do momento da rotulação do bebê como menina ou menino. Isto se dá no momento de nascer ou mesmo antes, com as novas tecnologias de detectar o sexo do bebê, quando se atribui um nome à criança e esta passa a ser tratada imediatamente como menino ou menina. A partir deste assinalamento de sexo, socialmente se esperarão da criança comportamentos condizentes a ele. Caso tenha havido um erro nesta rotulação inicial (em raros casos de intersexualidade ou "hermafroditismo", como trata Stoller), será praticamente impossível mudar a identidade de gênero deste indivíduo após os três anos de idade, uma vez que ele tiver superado a fase do complexo de Édipo, momento no qual todo ser humano descobre que é único e não a extensão do corpo da mãe.

E a homossexualidade? Seria um desvio da identidade de gênero, uma vez que o

indivíduo não buscaria um "outro" diferente de si como objeto de seu desejo? Vejamos, então, esta última questão, que nos ajuda a entender o que é gênero.

Sexualidade e Reprodução

Na cultura ocidental, como já vimos, costumamos associar a sexualidade ao gênero, como se fossem duas coisas coladas uma à outra. Por isso, costuma-se classificar indivíduos que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com outros do mesmo sexo como homossexuais, uma categoria que remete imediatamente, no imaginário ocidental, à ideia de doença, perversão ou anormalidade. Creio importante salientar que a sexualidade - isto é, as práticas eróticas humanas - é também culturalmente determinada. Para a maior parte das pessoas em nossa cultura, a heterossexualidade, ou seja, a atração erótica de indivíduos de um sexo pelos de outro, é um algo "instintivo" da espécie humana em vistas da sua autopropetuação pela reprodução. Sexo e reprodução são, portanto, vistos nas sociedades ocidentais como intrinsecamente relacionados entre si, pois se considera a reprodução como envolvendo apenas os dois indivíduos, de sexos diferentes, que se relacionaram sexualmente. O desenvolvimento, no final do século XX, das ditas "novas tecnologias de reprodução" tem vindo, no entanto, abalar a crença de que a reprodução é um "dom de Deus", fruto do intercurso sexual entre um homem e uma mulher. Hoje, inúmeros casais e indivíduos isoladamente têm buscado reproduzir-se por inseminação artificial ou fecundação in vitro, desvinculando, portanto, a sexualidade da reprodução.⁷ Em outras culturas do planeta, mesmo sem a interferência de novas tecnologias de reprodução, as representações sociais sobre ela não estão apenas vinculadas a uma única e exclusiva relação sexual entre dois indivíduos de sexo oposto. Entre várias sociedades tribais brasileiras, considera-se que o embrião não cresce sozinho e que ele precisa ser "alimentado" pelo sêmen de um ou de vários homens, os quais vão considerar-se os pais sociais daquela criança.⁸

Entre os inúmeros debates políticos e jurídicos em torno das novas tecnologias de reprodução, está-se refletindo sobre a obrigatoriedade ou não de haver dois indivíduos

⁷ É claro que, com as descobertas científicas a respeito da formação do embrião, nossas crenças de complementaridade sexual encontraram uma justificativa racional e científica aos valores religiosos judaico-cristãos dos quais somos herdeiros. Entre os diferentes autores que vêm trabalhando sobre estas questões, destaco a antropóloga inglesa Marilyn Strathern (1992).

⁸ A couvade, ou seja, o repouso ritual do pai de uma criança quando esta vem ao mundo e que tem a função simbólica de proteger o recém-nascido dos maus espíritos, em geral é feita por mais de um homem da tribo; assim, eles mostram publicamente que mantiveram relações sexuais com a mãe da criança e que, portanto, se consideram seus pais sociais. Ver, por exemplo, os arawetés estudados por Eduardo Viveiros de Castro (1989).

de sexos diferentes para a reprodução biológica e social de uma criança. Com o nascimento da ovelha clonada Dolly em 1997, deparamo-nos com a possibilidade real de reproduzirmo-nos sem a necessidade de outro indivíduo. Várias têm sido as reflexões catastróficas sobre a possibilidade de clonagem de seres humanos, e diferentes países vêm buscando fazer leis que proíbem todo e qualquer tipo de reprodução humana pela técnica da clonagem. Algumas feministas lésbicas, no entanto, têm considerado a clonagem como um avanço tecnológico que permitirá às mulheres, no futuro, reproduzir-se sem a interferência masculina, uma vez que a técnica da clonagem necessita obrigatoriamente do óvulo feminino. Assim, portanto, começa-se a sugerir que a heterossexualidade não será mais obrigatória nem necessária para a reprodução da espécie humana.

Da mesma forma que hoje se discute se a heterossexualidade é necessária à reprodução da espécie humana, no final do século XIX, por exemplo, pensava-se que o desejo sexual era uma característica masculina e que as mulheres copulavam apenas para as necessidades de reprodução da espécie e da família. O prazer feminino era percebido como perigoso e patológico, sendo que passividade e frigidez eram considerados comportamentos femininos "naturais", portanto ideais. Hoje, com as inúmeras contribuições da Psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres, o desejo e o orgasmo femininos não são mais vistos como pecaminosos ou "antinaturais". Vemos, portanto, que os valores associados às práticas sexuais são marcados historicamente.

O mesmo ocorreu em relação a práticas erótico-sexuais entre indivíduos do mesmo sexo que, em inúmeras culturas do planeta, são vividas e experimentadas como possíveis e não "anormais".⁹ No Ocidente, segundo a análise de Michel Foucault, é no século XIX, em virtude do advento da Medicina, que as relações entre dois indivíduos do mesmo sexo passarão a ser rotuladas como "doença".

Grande tem sido o debate no campo da Psicanálise desde que Freud formulou a hipótese de que todo indivíduo é portador da bissexualidade psíquica, ou seja, da possibilidade de desejar tanto indivíduos do mesmo sexo quanto do sexo oposto. Poucos, no entanto, foram os psicanalistas, como Lacan e seus seguidores, que buscaram compreender as práticas sexuais não exclusivamente heterossexuais, uma vez que a maior parte da Psicanálise seguiu teoricamente Freud, que considerava a homossexualidade como uma perversão, fruto de uma imaturidade psíquica.¹⁰

⁹Para uma excelente classificação dos inúmeros tipos de práticas sexuais homo e heteroeróticas no planeta, ver os trabalhos de meu colega Dennis Werner, entre eles "Introdução às Culturas Humanas, publicado em 1990.

¹⁰Sobre a bissexualidade e psicanálise, sugiro a leitura de Joyce Mc Dougall (1983) ou de Christian David (1997).

Homossexualidade ou Homoerotismo?

Ainda segundo Stoller (1978), a escolha do objeto sexual, de desejo, dá-se a partir da adolescência e não interfere na identidade de gênero do indivíduo "normal", criado segundo sua rotulação de macho ou fêmea, portanto masculino ou feminina. Um homem que não deseje mulheres e que se sinta atraído por homens não deixa de se sentir homem. Mas é claro que, devido a pressões sociais, alguém que não é heterossexual se sente "diferente" daquilo que aprendeu como o comportamento sexual correto. Mesmo as travestis sabem que são "homens", e algumas chegam mesmo a dizer que estão apenas "brincando" de ser mulheres ao se vestirem e se portarem corporalmente enquanto tais. Muitas delas parecem reproduzir muito mais o modelo de feminilidade ocidental do que as próprias mulheres, como atesta, por exemplo, o estudo sobre travestis da Lapa no Rio de Janeiro, feito por meu colega Hélio R. S. Silva (1993). Para Stoller (1978), ao travestir-se o indivíduo joga um jogo em que diz "agora sou feminina", tendo, no entanto, o núcleo arcaico que lhe afirma "sou homem".¹¹

As próprias mulheres se sentem intimidadas ou provocadas com este "excesso de feminilidade" que as travestis fazem questão de ostentar. Um exemplo disto foi dado pela provocadora pós-feminista norte-americana Camille Paglia, numa entrevista ao caderno *Mais da Folha de São Paulo* em 1994, em que ela afirmava: "*aprendi a ser mulher com as drag-queens. Me fantasio para ser mulher e consigo representar este papel por um dia. Mas depois volto para casa, coloco uma roupa velha e não me sinto nada sexy*".

A experiência de transexuais tem inspirado uma série de pesquisadores da sociedade contemporânea, como Jean Baudrillard, que ousadamente afirmava, em 1987, num pequeno artigo publicado no jornal francês *Libération*, que, em tempos de pós-modernidade, "*somos todos simbolicamente transexuais*", porque vivemos numa era em que o corpo não deve mais ser protegido como um santuário, mas sim tem o destino de modificar-se, de tornar-se prótese, ou seja, um simulacro de si mesmo.

Como classificar, então, segundo o gênero, por exemplo, os homossexuais masculinos, as travestis, as drag queens? Se não são "homens", como se costuma dizer, são, então, "mulheres"? E as lésbicas, as mulheres travestidas - os travestis -, os drag kings? A que gênero pertenceriam? Existiria um terceiro gênero, no qual se poderiam colocar todos estes indivíduos "desviantes"? Como se sentem estes indivíduos? Do gênero

¹¹ A travesti é uma personagem ambígua que tem provocado intensamente o imaginário brasileiro. A própria definição de "travesti", na "nova edição" do Minidicionário Aurélio da Língua Portuguesa Editora Nova Fronteira, 1993, 3ª edição, pp. 546), reflete esta ambiguidade: "**Travesti:** s2g.1. Pessoa que, geralmente em espetáculos teatrais, se traja com roupas do sexo oposto. 2. Homossexual que se veste com roupas do sexo oposto ao seu".

oposto a seu sexo?

A partir de tudo que expus nos itens anteriores, não creio que exista um terceiro gênero, porque existem apenas dois grandes modelos de identidade de gênero: masculino e feminino¹². A estes dois modelos são associados atributos e expectativas diferentes em cada cultura; e a sexualidade é apenas um dos elementos que constituem este modelo.

Também introduzi, neste sub-título, a palavra "homoerotismo". O que ela significa? Quem a formulou foi o psicanalista Jurandir Freire Costa, que aplica o que as linguistas feministas inglesas chamam "*guerrilha da linguagem*", ao propor que não pensemos na homossexualidade como uma essência, uma condição imutável de alguns sujeitos, mas como uma possibilidade presente na maior parte dos indivíduos de desejam alguém de seu próprio sexo. Da mesma forma que não podemos falar em gênero sem pensar em "relações" que envolvam homens e mulheres, não creio ser possível pensar em homossexualidade como uma condição fixa, mas sim como uma possibilidade erótica para muitos indivíduos, experiência que não configura o núcleo de identidade dos sujeitos, apenas parte de seu reconhecimento afetivo e social.

Considero que devemos distinguir identidade de gênero de práticas afetivo-sexuais, porque a sexualidade é apenas uma das variáveis que configura a identidade de gênero em concomitância com outras coisas, como os papéis de gênero e o significado social da reprodução. Além de diferentes formas de interpretar a situação das mulheres em nossa cultura, categorias como *sexo e gênero, identidade de gênero e sexualidade* são tomadas muito seguidamente no Brasil como equivalentes entre si. De uma forma simplificada, diria que *sexo* é uma categoria que ilustra a diferença biológica entre homens e mulheres; que *gênero* é um conceito que remete à construção cultural coletiva dos atributos de masculinidade e feminilidade (que nomeamos de *papéis sexuais*); que *identidade de gênero* é uma categoria pertinente para pensar o lugar do indivíduo no interior de uma cultura determinada e que *sexualidade* é um conceito contemporâneo para se referir ao campo das práticas e sentimentos ligados à atividade sexual dos indivíduos.

Bibliografia Citada

¹² Há um vasto debate sobre a possibilidade de se pensar um terceiro gênero na literatura da área. Entre os inúmeros textos disponíveis, sugiro a leitura dos diferentes artigos publicados em -"Third Sex, Third Gender: beyond sexual dimorphism in culture and history", organizados por Gilbert Herdt (1996).

COSTA, Jurandir Freire. **A inocência e o Vício**: estudos sobre o homoerotismo. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1994.

DAVID, Christian. **La Bisexualité Psychique**. Paris: Payot et Rivages, 1997.

EM CANTO (GROSSI, Miriam; MIGUEL, Sônia; MALUF, Sônia e SILVA, Marilda). "O conceito de gênero: um novo coração de mãe nos estudos sobre mulher no Brasil". *In: Anais do IIIº Encontro Nacional de Mulher e Literatura*. Florianópolis: 1989.

FLAX, Jane. "Pós-modernismo e relações de gênero". *In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org.). Pós-Modernidade e Política*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1991 (pp. 217-250).

FOUCAULT, Michel. **Histoire de la Séxualité** (vol. II et III). Paris: Gallimard, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Dits et Ecrits** (vol. I, II, III et IV). Paris: Gallimard, 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. "Gênero, violência e sofrimento". **Antropologia em Primeira Mão**, n. 6. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1995 (2ª versão: 1998).

HERDT, Gilbert (ed.). **Thrid Sex, Third Gender**: beyond sexual dimorphism in culture and history. New York: Zone Books, 1996.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin**: la pensée de la différence. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

MC DOUGALL, Joyce. **Em defesa de uma certa anormalidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *In: Revista Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1990.

SCOTT, Joan. **La Citoyenne Paradoxale**: les féministes françaises et les droits de l'homme. Paris: Ed Albin Michel, 1998.

SILVA, Hélio R. S. **Travesti**: a invenção do feminino. Rio de Janeiro: Ed. Relume-Dumará, 1993.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978 (tradução de "Sex and Gender", cuja primeira edição é de 1968).

STRATHERN, Marilyn. **Reproducing the Future**. Anthropology, kinship and the new reproductive technologies). New York: Routledge, 1992.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Arawetés: os deuses canibais**. Rio de Janeiro/São Paulo: Jorge Zahar/ANPOCS, 1989.

WERNER, Dennis. **Introdução às Culturas Humanas: comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos**. Petrópolis: Vozes, 1990.